



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 1981

ANO VII

RESOLUÇÃO Nº 37/81

DATA: 16 de setembro de 1981.

SÚMULA: Altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa (antecipando para quinta-feira, a Sessão Ordinária de sexta-feira).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — O artigo 73 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 73. As Sessões Ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas.

§ 1.º — O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

§ 2.º — A Sessão Ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva Sessão Ordinária, mediante convocação do Presidente como Sessão Extraordinária”.

Art. 2.º — O parágrafo 3.º, do artigo 194 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 194.

§ 1.º —

§ 2.º —

§ 3.º — A Mesa poderá mandar abonar até 3 (três) faltas por mês do Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento de votação”.

Art. 3.º — As Sessões Solenes para entrega de títulos honoríficos e de benemerência, concedidos por esta Casa, somente poderão ser marcadas após aprovação do Plenário, através de proposição apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva.

Art. 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 16/09/81

JOÃO MANSUR
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 1981.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Trajano Bastos.

Às 10:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

SÚMULA:

Requer voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO TORRES NAVARRETTI, ocorrido dia 13 p.p., em Alto Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO TORRES NAVARRETTI, ocorrido dia 13 p.p., na Cidade de Alto Paraná, neste Estado, onde o extinto era residente e domiciliado.

Após aprovação deste, dê-se ciência à família enlutada.
Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em lamentável acidente, do Sr. EDIVAL VIDAL RIBEIRO FILHO, ocorrido em Paranaguá, em data de ontem, naquela cidade.

O extinto era filho da Senhora Maria Madalena Maciel Ribeiro e exercia suas atividades em estabelecimento bancário, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação nos meios comerciais e no seio da sociedade parnanguara onde gozava de geral estima, graças ao seu caráter íntegro e suas qualidades de homem trabalhador e honesto, virtudes que o tornaram credor da simpatia e admiração de todos os que o conheceram.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, para o seguinte endereço: Rua Conselheiro Sinimbu n.º 458 - Paranaguá.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER um voto de congratulações aos organizadores do 1.º Simpósio de Medicina da Reprodução do Sudoeste do Paraná, realizado com absoluto sucesso em Francisco Beltrão.

Sr. Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES aos organizadores do 1.º Simpósio da Reprodução do Sudoeste do Paraná, realizado com absoluto sucesso em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

(a) TÚLIO ZANCHET.

JUSTIFICATIVA:

O 1.º Simpósio de Medicina da Reprodução, realizado em Francisco Beltrão, de 4 a 6 deste mês, constituiu-se em um importante marco nos estudos de temas tão importantes como atuais, tais como comportamento sexual, planejamento familiar, tratamento e técnicas cirúrgicas e outros temas técnicos de profundidade e interesse da classe médica de todo o País.

A presença de inúmeras autoridades, entre as quais Secretários de Estado como Oscar Alves e Fernando Fontana, além de representantes de Associações e Sociedades Médicas e principalmente, a efetiva participação de mais de 200 médicos do Brasil e do exterior, são atestados inequívocos da importância deste simpósio, justificando, portanto, este nosso VOTO DE CONGRATULAÇÕES.

P.S.

Excelentíssimos Senhores:

Dr. Kit Abdala

Rua Porto Alegre, 99

Caixa Postal, 44

FRANCISCO BELTRÃO - PARANÁ

Associação Médica do Paraná

Presidente NELSON EMÍLIO MARQUES

Sociedade Brasileira de Andrologia

Presidente Marcos Paulo de Castro

Sociedade Brasileira de Cancerologia

Presidente João G. Gois

Sociedade Brasileira de Medicina de Reprodução

Presidente Arthur Campos da Paz

Associação Médica do Sudoeste Novo

Presidente Haroldo Rodrigues Ferreira

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer UM VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Dr. Fernando Fontana pela inauguração do Núcleo Regional da Secretaria da Indústria e Comércio e Instalação do Conselho Consultivo da Polícia Industrial e Comercial em Francisco Beltrão, em 04 do corrente.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Dr. FRANCISCO FERNANDO FONTANA pela inauguração do Núcleo Regional da Secretaria da Indústria e do Comércio e instalação do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial em Francisco Beltrão em 04 do corrente.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

A descentralização administrativa, que facilita sobremaneira a vida das comunidades do interior, sempre e continuará sendo das maiores aspirações dos municípios.

A inauguração do Núcleo Regional da Secretaria da Indústria e do Comércio bem como a instalação do Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial em Francisco Beltrão, inserem-se no contexto global de política de atendimento aos municípios do Paraná desenvolvida pela Secretaria de Indústria e Comércio, visando facilitar em termos administrativos e incrementar as atividades de orientação e assistência às localidades mais distantes.

Por tratar-se de iniciativas que beneficia todo o Sudoeste de nosso Estado, apresentamos este voto de congratulações à Secretaria da Indústria e Comércio, na pessoa de seu titular Fernando Fontana.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer envio de expediente à Presidência da COPEL.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à presidência da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, reivindicando a imediata instalação da rede de energia elétrica no bairro Jardim São Paulo, no Município de Foz do Iguaçu.

Requer, outrossim, se dê ciência do presente aos integrantes da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, bem como o Senhor Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

a) TERCIO ALBUQUERQUE

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer à Mesa o envio de Ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do T.S.E., solicitando a ampliação do Quadro Próprio de Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral em nosso

Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, pleiteando a ampliação do Quadro Próprio de Funcionários do Tribunal Regional Eleitoral em nosso Estado, visando o aproveitamento de servidores que estão à disposição do T.S.E. e que contam com mais de dois anos de serviços.

Esta medida, de alto alcance social, representará, sem dúvida, uma sensível melhoria e aprimoramento dos serviços da Justiça Eleitoral em terras do Paraná.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta e submetida à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente do T.S.E., virá ao encontro das mais legítimas aspirações dos servidores que, originários de diversas repartições públicas, estão prestando relevantes serviços a este órgão da Justiça Eleitoral, sem contudo pertencerem ao Quadro Próprio desse Colendo Tribunal. Acresce ainda o fato de que, no próximo ano de 1982, ocorrerão as eleições para a renovação dos Membros dos Poderes Legislativo Estadual e Municipais, bem como para a governança e vice-governador do Estado — o que representará sensível aumento de serviços em todo mecanismo eleitoral do País e, notadamente em nosso Estado. cremos que a medida que ora se pleiteia resultará numa efetiva tranquilidade aos servidores beneficiados com a adoção dessa medida e, paralelamente, em sensível aprimoramento e melhor andamento da Justiça Eleitoral em nosso Estado.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública solicitando a abertura de inquérito para se apurar a verdadeira "causa mortis" da Senhora Maria do Carmo Avelino Martins, ocorrida em Apucarana, dia 28 de agosto último.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a abertura de rigoroso inquérito policial para apurar devidamente a "causa mortis da Senhora Maria do Carmo Avelino Martins, ocorrida em Apucarana — Jardim Diamantina, no dia 28 de agosto último, pois, segundo testemunhas oculares a Senhora Maria do Carmo teria sido vítima de feroz agressão, por parte do seu esposo, Sr. Geraldo Martins Rodrigues, o qual permanece impune, face à omissão da polícia de Apucarana e a negligência do médico legista daquela cidade.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Parlamentar que firma o presente requerimento foi informado por testemunhas oculares idôneas de que a Senhora Maria do Carmo Avelino Martins, mãe de dois filhos menores, Maria e Adão Martins Rodrigues, sofreu violenta agressão por parte do seu esposo Geraldo Martins Rodrigues, em consequência do que, veio a falecer. A Polícia de Apucarana, mais uma vez, pecou pela omissão (o que já vem se constituindo numa rotina), e, por outro lado, o médico legista daquela cidade assinou um laudo fajuto, dando a morte como natural. O que deseja este Deputado e os moradores de Apucarana é que se venha a restabelecer a verdade dos fatos, punindo-se os responsáveis, para o que sugere o envio de um Delegado Especial àquela cidade.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Encaminha Ofício ao Senhor Secretário do Interior.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER; após aprovação do Plenário, o envio de ofício à Secretaria do Interior, reiterando imediatas providências para implantação do sistema DDI - Discagem Direta Internacional — na sede do Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Consta que o Senhor Secretário do Interior, durante encontro mensal auspiciado pela AMUNPAR - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná — realizado em março do corrente ano, na cidade de Nova Londrina, ao explanar realizações e metas de sua Pasta, garantiu a instalação do sistema DDI - Discagem Direta Internacional — na sede do Município de Santa Isabel do Ivaí, até o mês de julho, próximo passado, evento que até a presente data não se registrou, motivo pelo qual, firmamos o presente documento, encarecendo a medida em tela.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Neste fim de semana o Paraná recebe a visita do Presidente da República, General Figueiredo. Vem ele trazendo a intenção de rever algumas de suas bases e verificar, de perto, algumas obras prontas e outras em andamento. Vem ele buscar apoio político aos seus projetos e dar, aos mandantes locais, o aval para o continuismo da apatia que os caracteriza.

Viria ele também trazendo, no bolso do colete, algumas respostas concretas às reivindicações do Paraná?

Há cerca de 17 anos, quando as regras do jogo político sofreram um brusco abalo, um profundo fosso se criou entre os mandantes da Nação e suas bases. Aqueles que intermediam as relações, os governadores nomeados, tem assumido, como quem não têm respaldo popular nos seus atos, posições na mesma proporção. E vemos hoje um incômodo silêncio quando se exige do Governador Ney Braga que tome posse, que assumo o Governo, que seja um governante de fato, porque não há resposta. Nenhuma sequer, o Paraná há muito não tem eco aos seus desesperados gritos. Gritos de quem um dia teve poder, e hoje fica a mendigar, curvado, aquilo que simplesmente é seu direito.

Assim, temos assistido as mais ridículas encenações, como quando o Diretor Geral do DNER diz que o Paraná é um dos Estados mais bem servidos em rodovias, e em perfeitas condições. Sentimo-nos como crianças enganadas quando se repete, a todo momento, que o Estado terá uma Ferrovia da Soja. Quando, Senhores? Quando a regra do jogo da política econômica mudar e decidir que a soja não interessa mais e que por isto não haverá mais estrada de ferro? Sentimo-nos, mesmo assim, na obrigação de cobrar, tanto do Governo Estadual, mas principalmente do Governo Federal, e diretamente ao General Figueiredo, a resposta efetiva para pequenas e grandes obras, todas entretanto fundamentais para o desenvolvimento, proteção e preservação de algumas regiões.

Cito, aqui, dirigindo-me ao Presidente da República, a cidade que me trouxe como seu representante. Campo Mourão está com sua estrutura viária praticamente destruída pelo tráfego de caminhões com pesados equipamentos e materiais que seguem para Itaipu. E, quantas vezes vim a esta tribuna reclamar

o necessário contorno viário para Campo Mourão? Esta cidade virou caminho natural de tudo que vai a usina, depois de desembarcar em Maringá. E destrói-se uma cidade.

E é também, no destino destes equipamentos, que toca-rei agora. Senhor Presidente, Senhores Deputados. Pode o Paraná continuar perdendo terras, lavouras, sua gente, para dar espaço às usinas construídas nos seus rios, nas suas fronteiras? Quase cinco por cento do seu território estão aí cobertos de água. E o que recebemos? Nada. Nem energia, nem o pagamento dos "royalties" que temos direito em troca do uso dos rios. Sabe-se que o Governo Federal receberá ao ano cerca de nove milhões de dólares da Itaipu pela exploração dos seus mananciais. Mas os rios são do Paraná. E também o Paraná é dono do xisto que está para ser entregue ao capital estrangeiro. E não se libera o dinheiro que o Brasil pode desembolsar para sua exploração industrial por não haver interesse numa decisão política que beneficie o Estado.

Sem pagamento pelos nossos direitos; com a entrega do Paraná à sede imperialista que só aguarda o sinal verde para entrar; com o esquecimento do Paraná a nível federal, temos muito a cobrar do Senhor Presidente da República.

Não podemos ficar omissos quando se anuncia que poderão ser erradicados 120 mil hectares de café. Principalmente quando sabemos que isto significa cerca de 30 mil empregos. Mais de 30 mil "bóias-frias" que vagarão de cidade em cidade, de favela em favela, até possivelmente atingirem a marginalidade através da marginalização que lhes foi imposta.

Temos a cobrar ainda o cumprimento das promessas que tanto fez e repetiu o Presidente. Ele disse que arrebitaria quem colocasse em risco a democracia. Mas não puniu os autores dos atentados terroristas. E agora permite que outro terrorismo seja praticado. O jogo eleitoral com regras obscuras até agora impõe a incerteza sobre a realização do pleito de 82. E fala-se até em prorrogação. Não se permite voz às bases. As bases compostas por quatro mil municípios que esperam, também, por uma reforma tributária.

Será, Senhor Presidente da República, que novas regras eleitorais, que dêem força à Nação e autonomia financeira aos municípios colocarão em risco a aplicação de seus planos? Será que o Presidente perderá suas bases quando as cidades andarem com suas próprias pernas? Queremos apenas jogar às claras, General. Não há o que temer. A Alemanha, com seu pequeno território, tem 12 mil municípios. E consegue manter seu caminho democrático, justamente através deles, e realizando eleições sempre, exercitando a democracia.

Não há o que temer. E estaremos aqui, cobrando sempre, aquilo que o Paraná tem direito por tudo que já deu ao País. O povo paranaense não pode pagar pela omissão de seus governadores indicados. Pelos interventores que trabalham em benefício próprio. O Paraná empobrece. A população perde. Sua gente é expulsa. Mas a situação vai mudar, tem que mudar, pois a Oposição, ao lado do povo, não desistirá desta luta.

Muito obrigado, Sr. Presidente."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Esteve em reunião em Cascavel, no dia 12 de setembro, um número considerável de Magistrados, a exemplo da reunião de Londrina do dia 5 de setembro. A Magistratura e, principalmente, os eminentes Srs. Juízes, buscam agora, através de sua Associação e dos núcleos que representam Regiões do Paraná, uma reivindicação estribada na soberania do poder, na irreduzibilidade de vencimentos, na autonomia do Judiciário e também na independência administrativa, política e financeira dos Srs. Magistrados.

Sabemos, Sr. Presidente, que nestes dezessete anos de exercício de poder autoritário, militarista, tecnocrático e de ditadura, dois Poderes sofreram constantemente, permanentemente, um açambarcamento, uma invasão de competência por parte do Poder Executivo; aos poucos a própria Magistratura, a própria independência de julgar, ficaram comprometidas pela invasão indébita do Poder Executivo, no exercício da judicatura.

É exatamente neste sentido que ultimamente o Magistrado, a exemplo de outros Estados, no Estado do Paraná, vem efetivando reuniões para buscar o consenso unânime da atuação dos Magistrados frente aos problemas principalmente da defasagem de vencimentos.

É sabido que na medida em que o processo inflacionário avança no bolso do contribuinte e, sobretudo, do funcionalismo público, é de se imaginar que o Poder Judiciário, amesquinçado durante um longo espaço de autoritarismo, de obscurantismo vivido no País, queira agora, naturalmente, ir se compondo para restabelecer a autonomia perdida.

De minha parte, Sr. Presidente, entendo que a independência do Poder Judiciário não dependerá simplesmente dos predicamentos da Magistratura, mas especialmente da capacidade de ousadia e da imaginação criadora, da própria formação mesmo, de independência que tem cada magistrado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui o manifesto de Cascavel e o manifesto de Londrina, em apoio aos Magistrados que passam por um período muito difícil para o exercício pleno da judicatura a que exercem e mesmo dá independência do Poder Judiciário. Sem a liberdade de atuar, com níveis de vencimentos adequados principalmente os Magistrados não podem fazer Justiça.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Ocupamos hoje a tribuna desta Casa de Leis, para trazer-mos aqui para conhecimento dos Parlamentares de todos os partidos representados, o que tem realizado o Governo NEY BRAGA em prol do bem-estar dos paranaenses. A Secretaria do Interior foi a escolhida, por ser ela justamente a que mais obras tem realizado e que menos aparece aos olhos da população. Condutos de cabos telefônicos, canos de água, tubos para coleta de esgotos e canalização de águas para controle da erosão urbana, são enterrados no solo. Estações de tratamento de água e esgoto, assim como torres repetidoras de sinais de televisão sempre estão localizadas em pontos afastados das aglomerações urbanas.

As obras da Secretaria do Interior que estão sendo desenvolvidas em todo o Estado ou estão programadas ainda para início deste ano, somam a expressiva cifra de 12 bilhões, 797 milhões e 957 mil cruzeiros para os setores de saneamento básico, telefonia, controle da erosão urbana, preservação do meio ambiente e retransmissão de sinais de televisão de boa qualidade. É necessário ressaltar, também, que boa parcela destes empreendimentos que estão em andamento neste ano visam beneficiar as áreas rurais de todo Estado, em municípios de todas as micro-regiões, atendendo dessa forma os objetivos traçados pelo Plano do Governo NEY BRAGA para levar aos homens do campo os benefícios dos grandes centros urbanos.

Até o final deste ano a TELEPAR terá investido uma soma superior a sete bilhões de cruzeiros para ativar mais 85 mil telefones em todo o Paraná. Desse total, cerca de 33 mil telefones serão ligados na área de influência de Curitiba.

O número de novas centrais e as ampliações nas já existentes em todo o Estado atingirá a marca de 56. Além disso, também neste ano, cerca de 140 localizadas que possuíam ou ainda não possuem atendimento telefônico receberão postos de servi-

ço interurbano. Outras sete localidades serão atendidas com sistema de terminais remotos e outros onze destes sistemas serão ampliados, beneficiando, como já disse, principalmente o meio rural. Ao lado disso, o Paraná continuará sendo o Estado mais bem servido em termos de comunicações no País. Até o final do ano deverão estar operando em DDD mais 41 localidades que operavam ou ainda operam em Discagem Automática Regional e 20 cidades em DDI.

Por outro lado, as obras que a SANEPAR já concluiu em 1981, as que se encontram em execução ou estão programadas para início no decorrer do segundo semestre deste ano, vão beneficiar com sistemas de água tratada uma população calculada em mais de 735 mil paranaenses espalhados por todos os cantos deste Estado. Chamo a atenção de todos para a importância significativa para a saúde da população do Paraná. Isso será possível com as ampliações e a construção de novos sistemas de abastecimento de água, num total aproximado de 140 obras, além de outros 47 sistemas de abastecimento, de menor porte para conjuntos habitacionais e projetos de saneamento rural, dentro do Programa PRORURAL.

Atualmente, na área de esgotos sanitários, encontram-se em construção quatro projetos de novas redes e estão programadas até dezembro outros três projetos, objetivando beneficiar cerca de 200 mil habitantes, prevendo-se a aplicação de investimento da ordem de um bilhão e seiscentos mil cruzeiros.

Igualmente é importante o trabalho desenvolvido por outro órgão vinculado à Secretaria do Interior - a SUCEPAR - que até o final do ano terá atendido todos os 154 municípios do Estado afetados pelo fenômeno da erosão urbana. O atendimento vai desde restituições aerofogramétricas passando por elaboração de projetos de engenharia até a execução das obras necessárias para conter o avanço das voçorocas que têm engolido nossas cidades no Noroeste do Estado. A realização de obras de extremidades e de proteção aos vales de recepção com execução de emissários em tubulação, dissipadores de energia e canais de concreto armado somam 26 barragens e 24.000 metros de extensão de emissários. Além disso, a rede de galerias de águas pluviais até dezembro estará acrescida de mais 110.000 metros de comprimento na região atingida. Cerca de 200 milhões de cruzeiros, utilizados nestas obras são recursos oriundos do Ministério do Interior e SUDESUL.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Há mais ainda a mostrar em termos de realizações. Entretanto, procurarei em função do tempo que ainda me resta, sintetizar outras áreas, atuação da pasta dirigida por RENATO JOHNSON.

Tem sido preocupação constante de todo País, a preservação da natureza e os cuidados com os problemas ambientais.

A SUREHMA tem se mostrado capaz de realizar o trabalho a que se propôs. O controle da qualidade da água potável, os exames das águas dos balneários, as pesquisas e os estudos desenvolvidos na área do meio ambiente testemunham isto. O controle da população de origem industrial tem obtido sucesso, com a gestão junto às empresas para a instalação de sistemas de tratamentos de efluentes antes de despejá-los. Além disso, encontra-se em fase final o Centro de Psicultura de Toledo, onde já foram investidos 39 milhões de cruzeiros para o repovoamento dos rios do Paraná. Até a fase final deste projeto os recursos nele aplicados subirão a 74 milhões de cruzeiros.

A SUREHMA também está concluindo projetos de engenharia para obras de controle sanitário junto ao lago que se formará com a Hidrelétrica de Itaipu, no Município de Santa Helena. Tanto este projeto como o Centro de Psicultura de Toledo recebem o apoio financeiro do Programa PRODOPAR. Outra atividade menos conhecida da SUREHMA, mas de grande valia para as pequenas comunidades do interior é a perfuração de poços titulares para servir de fonte de abastecimento

de água. Quatro poços deste tipo já foram perfurados neste ano e igualmente número ainda será aberto no decorrer deste ano.

Através da RADIPAR - Paraná Radiofusão S.A., a Secretaria do Interior pretende ao longo deste ano ter acrescido à rede estadual de retransmissoras de televisão mais 26 novos sistemas. Deste número, 12 repetidoras já foram implantadas e outras 14 estão sendo ou serão instaladas até dezembro de 81, todas elas com potência variando entre 10 e 100 watts, distribuídas por vasto território do Estado. De acordo com os objetivos do Secretário do Interior RENATO JOHNSON, pretende-se levar imagem e som de TV de boa qualidade a todos os paranaenses, considerando-se a necessidade de uma maior integração com o resto do Estado, por intermédio da televisão, uma vez que parte dos municípios paranaenses ou não possuem esse benefício ou só recebem imagens de outros Estados. Como parte complementar deste plano, está prevista também a aquisição de novas unidades para instalação até dezembro de quatro equipamentos de um quilowatt beneficiando extensa área e mais seis outras unidades de 10 watts em município que ainda não tem imagem de TV.

Era isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que tinha a dizer, mostrando a atuação de um dos setores mais importantes do Governo NEY BRAGA em termos de bem-estar da comunidade paranaense."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Esta Presidência comunica ao nobre orador que resta um minuto para o término da sua oração.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Obrigado, Sr. Presidente, Sou lícito a Vossa Excelência que dê como lido todo o meu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) A Mesa defere.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Jose Domingos Scarpellini. Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Sr. Presidente, Srs. Deputados Na manhã de hoje tivemos a oportunidade de assistir e participar de mais uma reunião da Comissão de Instrução Pública desta Assembléia.

Entendemos Sr. Presidente, da validade do conteúdo desta reunião. Lembramos ainda de reunião idêntica no ano passado por ocasião daquele movimento grevista da Universidade de Londrina.

Sr. Presidente, é muito comum e muito usado este palavreado dos Srs. Deputados que o nosso Poder está desprestigiado, que o nosso Poder não tem eco, não tem ressonância na opinião pública.

Sr. Presidente, não entendemos desta maneira. O que entendemos, Sr. Presidente, é que os assuntos de grande relevância, de grande importância, principalmente, para a comunidade, quando está em jogo o interesse de uma classe. Hoje é a classe de magistério, amanhã será outra.

Nós os Parlamentares, nós os Deputados que deveremos ou que pelo menos, o Poder Executivo, deveria ser mais sensível, deveria ouvir antes que, para cá fosse encaminhada as mensagens ao Poder Legislativo, mas no entanto Sr. Presidente, infelizmente isto não vem acontecendo. Oxalá outros Governos tenham esta sensibilidade.

Foi por demais debatido na reunião da Comissão de Instrução Pública, no dia de hoje. Assuntos que não eram do conhecimento da Assembléia, que os Deputados na sua maioria como este que vos fala, aprova, vota favorável sem o conhecimento devido.

Então se isto vem acontecendo, Sr. Presidente, era neces-

sário que esta Casa num todo, todos os partidos num só pensamento fizessem um movimento, tratassem do assunto com mais eficácia. Tratassem do assunto com todo o respeito, com toda a sua plenitude, para que não hajam mais, para que não aconteçam mais esses fatos, entendemos, Sr. Presidente, que somos os últimos a saber, que não somos ouvidos e nem consultados para nada.

Mas, hoje, como a reunião e a presença do Secretário da Educação, Dr. Edson Machado, ficamos esclarecidos, ficaram elucidados todos aqueles pormenores, pequenos e maiores problemas referentes aos projetos em andamento nesta Casa.

Isto deveria, Sr. Presidente, sempre que necessário, ser convocado não só o Secretário da Educação, mas o Secretário do Planejamento, das Finanças do Paraná, porque entendemos que além desses ou de Recursos Humanos, são Secretários que estão com o poder financeiro, com o poder decisório desses problemas em suas pastas.

Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa sugestão, para que sempre que possível, se convoque, mesmo em termos de comissões, porque entendemos que é lá na Comissão Técnica desta Assembléia, como aconteceu no dia de hoje, que se tirarão os proveitos para serem carreados àqueles que representamos nesta Assembléia.

Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa modesta sugestão.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente o nobre Deputado Fidelcino Tolentino trouxe a esta Casa algumas questões acerca dos programas de eletrificação da COPEL, no Município de Capitão Leônidas Marques.

E, na qualidade de Membro do colégio de Liderança do Governo, nesta Casa, nós, imediatamente nos comprometemos a trazer informações, mesmo porque Leônidas Marques é um município que tem como seu representante o eminente Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira.

Então, em respeito àquela nossa afirmação, e, ainda mais para esclarecer a Casa, e para esclarecer particularmente ao Deputado Fidelcino Tolentino, nós devemos informar desta tribuna, o seguinte: (Lê):

1. Capitão Leônidas Marques é um dos municípios em que há maior necessidade de implantação de programas de eletrificação rural, pois possui apenas 1.42 por cento de suas propriedades rurais eletrificadas, índice muito inferior à média do Estado, que é de 15,65 por cento. Por isso, a COPEL incluiu no seu programa de Eletrificação Rural com Recursos da ELETROBRÁS, para 1980, os anteprojetos preliminares desenvolvidos a partir dos cadastros encaminhados pela Prefeitura daquele município em 24.8.78 e 5.1.79. Esses anteprojetos previam inicialmente o atendimento de 150 interessados, nas regiões de Dallabrida e Barra Grande, número que praticamente duplicou durante a comercialização e execução das obras.

2. O referido programa para 1980 - que previa o atendimento de aproximadamente 9.000 propriedades rurais no Estado, incluindo as de Capitão Leônidas Marques - foi encaminhado à ELETROBRÁS em junho/80 para a obtenção de financiamento. Aquela empresa, porém, não concedeu os recursos necessários, pois suspendeu temporariamente o financiamento de obras de eletrificação rural.

3. Para não interromper o atendimento dos interessados, a COPEL, então elaborou um programa próprio de eletrificação rural, que também incluía o Município de Capitão Leônidas Marques, estando já em fase de conclusão as obras correspondentes a Dallabrida e Barra Grande, que irão atender a 275 consumidores.

4. No início da comercialização dos programas, os

diretores da Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques - CELERMA, estiveram no Departamento de Eletrificação Rural da COPEL, para obter informações relativas às obras desta empresa naquele município, ocasião em que foram informados de que a COPEL tinha condições de viabilizar o atendimento dos interessados incluídos nos anteprojetos de Dallabrida e Barra Grande.

5. Durante a comercialização das obras, o funcionário da COPEL, Sr. Mário Cesar, foi procurado (dia 10.6.81) por repórter da rádio local, tendo feito declarações consideradas prejudiciais à Cooperativa pelos seus dirigentes. Tais declarações, porém, foram dadas em caráter pessoal, e não correspondiam à posição da COPEL sobre o assunto.

6. Logo após esse incidente, o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e o Presidente da Cooperativa foram recebidos pelo Diretor de Distribuição da COPEL, tendo sido informados na ocasião, de que a empresa não realizaria obras - por sua própria iniciativa - em regiões onde a cooperativa possuísse projetos definidos e recursos assegurados, compromisso que vem e continuará cumprindo. Foi-lhes ressalvado, contudo, na oportunidade, que - por força de lei - não podem as concessionárias deixar de atender a interessados que as procurem, mesmo que situados em áreas onde existem cooperativas.

7. Paralelamente, a Diretoria da COPEL determinou que o Superintendente Regional de Cascavel em exercício, Engenheiro João Manoel Alves, comparecesse à referida emissora de rádio em 23.6.81, para apresentar a posição oficial da empresa sobre o assunto.

8. Cabe ressaltar que a Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques - CELERMA - constituída em 13.9.80 e registrada no INCRA em 23.2.81, sob n.º 3.043 - ainda não obteve a necessária permissão do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE para execução de obras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Venho à tribuna desta Casa, mais uma vez, para reeditar o meu pensamento, que tenho certeza, é também o de ilustres Parlamentares que honram e dignificam este Poder, quer no sentido de reprovação a comportamentos isolados daqueles que ainda não entenderam a grandeza e a responsabilidade que aqui assumimos, ou porque se deixaram levar por termos irrefletidos, quer no sentido de darmos aos debates o nível e lucidez que lhes são próprios.

A grande missão deferida ao Poder Legislativo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, consiste precipuamente na tarefa política, colimando sobre tudo, através do LIVRE DEBATE, porém RESPEITOSO e SÉRIO, a análise interpretativa dos problemas aqui discutidos, definindo-se assim a DIRETRIZ MAIOR em que se possa acolher de forma HARMÔNICA e EFICAZ, os interesses tantas vezes em conflito.

Só assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que o Poder Legislativo estará legitimando sua sublime finalidade de conduto de ressonância das aspirações coletivas, e que estão a postular análise de suas reivindicações.

Para isto, irretorquível é a necessidade da adoção de dignas FORMAS DE AÇÃO E PARTICIPAÇÃO por parte daqueles que detêm mandato popular. Eis que o retrato do Parlamento trará sempre o colorido da atuação de seus Membros.

Hoje, quando vemos cristalizar-se a retomada do processo democrático, é com maior razão que façamos estas lembranças, a fim de que a RESPEITABILIDADE DA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR, readquira a tônica maior que lhe guarda es-

paço a vida democrática. Mas isto dependerá da SÉRIE, FIRMESZA, RESPEITABILIDADE, ASSÍDUA ATUAÇÃO e DESCORTÍCIO DOS PARLAMENTARES ...!

Assim entendo a grandeza desta instituição, mas, faço estas considerações porque, assim sempre pautei minha vida pública, já há cerca de três lustros. Dentre os nobres Pares, muitos já conviveram comigo há longos anos e conhecem minha forma de atuação, e sempre as exerci com independência. Muitos poderão tê-la feito com maior brilho, nenhum porém, com maior honradez!

Tenho uma folha de serviços prestados ao meu Estado; na minha já longa vida pública. Aqui não cheguei como aventureiro, ou à busca de ideais frustrados ...! Aliás, não acredito que os verdadeiros ideais se frustrem ...! Para mim, quem assim alega em verdade, ou não tinha ideal ou lhe faltou CORAGEM para realizá-lo ...! Os verdadeiros ideais não morrem ...!

É fulcrado nesse entendimento e no meu passado de lutas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que hoje para minha satisfação, TAMBÉM NA DEFESA dos meus nobres Pares do Partido Democrático Social que com desvanecimento lidero e que recentemente foram atacados em suas dignidades nesta Casa, assumi nesta tarde esta tribuna.

Refiro-me ao comportamento há poucos dias adotado pelo Sr. Deputado JOSÉ TAVARES, que a despeito de sua INJUSTIFICADA ausência nesta Casa, por ocasião da votação de uma lei, usava intempestivamente da tribuna para atribuir à decisão UNÂNIME dos Srs. Deputados, o EPÍTELO DE IMORAL ...!

Nesse lamentável episódio, inquestionavelmente, visou Sua Excelência, atingir os Membros desta Casa, já que o atributo de moralidade é inerente e exclusivo ao HOMEM.

Desviando-se assim, daqueles OBJETIVOS E FORMAS que ao início deste modesto pronunciamento me referi, Sua Excelência preferiu o caminho da VIOLÊNCIA e da OFENSA aos Membros desta Casa.

Não se diga que agi da mesma forma. Minha revolta naquela tarde não foi gratuita. Fi-la diante da agressão dirigida a mim e aos nobres Deputados de minha Bancada, sob o ridículo pretexto de discutir matéria vencida, e aprovada, inclusive com os votos da Oposição.

Estranhamente, naquela ocasião seria de esperarmos que o ilustre Deputado usasse da tribuna, para pronunciamento em sua PENITÊNCIA, pelo fato de alegar ter estado AUSENTE por ocasião da votação da lei a que se referia. Eis que não acredito que o mandato que lhe foi conferido, se destinasse à RECEPÇÃO de seus amigos pessoais. Não ...! Creio que esse mandato tem seu lugar de exercício aqui nesta Casa, neste plenário! No DEBATE SÉRIO, FRANCO, LÚCIDO, RESPEITOSO e no MOMENTO CERTO! Jamais de forma abrupta e extemporaneamente ...!

Lembro-me das palavras de um dos precursores da Emancipação Política do Paraná, quando em Paranaguá, em pleno ato público retrucava a autoridade imperial dizendo:

“O REMÉDIO SE APLICA À DOR, LOGO QUE APARECE”.

A representação política não pode realizar-se na ausência ao Parlamento, sob pena de tornar-se mera SIMULAÇÃO, sem autenticidade! Quem de nós não recorda a angustiante opinião de GILBERTO AMADO, outrora, quando disse:

“ENQUANTO NO IMPÉRIO A ELEIÇÃO ERA FALSA, PORÉM A REPRESENTAÇÃO VERDADEIRA, NA REPÚBLICA A ELEIÇÃO ERA VERDADEIRA, MAS A REPRESENTAÇÃO ERA FALSA”.

Quem não lembra a lição de Rui Barbosa aos moços ...? Nela encontramos uma advertência enérgica que bem se poderia reeditar aqui:

“NÃO TERGIVERSEIS COM VOSSAS RESPON-

SABILIDADES, POR MAIS ATRIBUIÇÃO QUE VOS IMPONHAM, E MAIS PERIGO A QUE VOS EXPONHAM ...”

São lições que bem merecem ser aprendidas pelo ilustre Deputado TAVARES, data vênica. Não só para honrar, como é de se esperar, o mandato que lhe foi conferido, como porque assim estaria dignificando este Poder!

Todavia, ao lado de endereçar aquelas ofensas aos Membros desta Casa, em sentido geral, endereçou Sua Excelência, a este Deputado, A MEMÓRIA DE UMA SUPOSTA ACUSAÇÃO, QUE BEM SABIA SER INVERDADEIRA.

Destaco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, QUE MUITO BEM SABIA E SABE SER INVERDADEIRA.

É por esta razão que volto a esta Casa, Sr. Presidente, porque os Anais desta Casa são o testemunho exato da atuação dos Membros deste Poder através dos tempos e não posso permitir que deixem de registrar a defesa que faço de uma infâmia contra mim assacada nesta Casa.

Por isto, estou de volta a esta tribuna, não para gerar polêmicas, mas para fazer a defesa de minha honra pessoal. É um direito que me assiste.

Destaco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Sr. Deputado José TAVARES MUITO BEM SABIA E SABE SER INVERDADEIRA.

É que todos estamos lembrados que por volta de 1971, ocorreram graves irregularidades junto ao Departamento de Rendas Internas do Estado do Paraná, sendo lesadas inúmeras organizações comerciais deste Estado.

Todavia, numa inequívoca demonstração de subversão da verdade, e por evidente perseguição política certamente encetada pelo então Governador da época, a que este Deputado combatia de peito aberto, o então Delegado JOSÉ TAVARES tentara aventureiramente, conforme declarou nesta Casa, a prisão deste Deputado que, diga-se de passagem, NÃO ERA SEQUER DIRETOR DA EMPRESA PAVEMA, e nada tinha com a sua administração de então, por suposta SONEGAÇÃO FISCAL.

Sr. Presidente, ao final deste pronunciamento, encaminho à Mesa, para que conste dos Anais da Casa, a certidão da Junta Comercial do Paraná, provando as afirmações que estou fazendo, que jamais pertenci à Direção da firma PAVEMA, portanto, se a firma fosse, realmente culpada de sonegação de impostos, não vejo por onde culpar uma pessoa que nunca tinha sido seu Diretor. (Certidão da Junta Comercial do Estado do Paraná).

E destaque-se que nenhuma acusação formalizada pesava contra a empresa. Tanto que nenhum processo contra a mesma foi instaurado. (Também tenho certidão, Sr. Presidente). Entretanto, o ex-Delegado confessou que foi lá na tentativa de prender este Deputado que como já dito, sequer participava da administração.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a despeito disso tudo, confessa o ex-Delegado, que tentara portanto, um ato de notória ilegalidade. É matéria elementar em Direito, que ninguém pode ser preso, sem que contra si haja a evidência de culpabilidade. Além disso, há de ser a espécie formalizada legalmente, inclusive, com um mandato de prisão. Nada disso havia e jamais houve. Aí a razão da minha revolta. É imperioso destacarmos aqui a evidência da violência e a arbitrariedade do que pretendia o então Delegado. Pois é elementar e diga-se por argumentação, que se houvesse demonstração do delito, a responsabilidade só poderia ser dirigida contra os diretores da empresa, pois do contrário não haveria, como não houve, forma de tipificar qualquer delito. Não é crível. Mas não é crível que o então Delegado, sendo bacharel em Direito, não conhecesse regra tão elementar dessa disciplina. De qualquer forma, Sr. Presidente, naquela ocasião mesmo a despeito da frontal acusação e combate que fazíamos ao então Governador Leon Perez, de triste memória para todo o Paraná. Nenhum ilícito foi constatado e apurado contra a empresa PAVEMA. Porque nada havia de irregular no

seu procedimento.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo conhecendo esta realidade, o Deputado José Tavares trouxe a esta Casa, a memória deste episódio. Mesmo a despeito de sepultado no passado, esclarecido a sua improcedência por totalmente inveraz, o que bem revela a fisionomia do delegado que foi e do homem que ainda é.

Lamentavelmente Sua Excelência o Deputado José Tavares, parafraseando um advogado francês, disse neste plenário, citando-o, que assim o fazia, trazendo sua cabeça e sua verdade. Para que dispuséssemos de uma, após ouvirmos a outra.

Entretanto, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o que vemos é que o ilustre Deputado, se trouxe aqui sua cabeça, omitiu sua verdade. Pois deveria proclamar a bem desta, que a acusação era falsa, mas não o fez. Ainda um detalhe: o Sr. Deputado Tavares, sabia que o responsável pelas falsificações era funcionário do Estado, Orlando Vêntola. E que confessou sua culpa, perante a polícia, lá mesmo no recinto da firma Pavema. Confessou, com a consciência remota pelo remorso; disse, - na presença da polícia: - olha, a firma não tem nada com isso, fui eu quem falsifiquei; Orlando Vêntola, nome do funcionário. E o delegado Tavares sabia deste episódio. Sabia. Tanto sabia serem verdadeiras, que Sua Excelência para escapar à ação penal, ao citar a suposta sonegação, por mim cometida, numa inequívoca demonstração de temor, ressaltou dizendo: não sou eu quem o está acusando. Forma premeditada, para prevenir a tipificação jurídica do delito.

E nesta oportunidade - por isto eu voltei à tribuna, deixo bem claro aos Membros desta Casa, que este rubicão é a única razão a me impedir a responsabilização penal do Sr. Deputado José Tavares.

De qualquer forma, se esse procedimento escapa à sanção penal, não deixa escapar ao espírito menos avisado, a má-lícia ignominiosa da intenção, que está a merecer nossa censura ético-parlamentar.

Não discordo, jamais, do direito que tem qualquer Parlamentar de expor suas idéias, debetê-las e sustentá-las, como foi feito na tarde de ontem, na apreciação do projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dácio Leonel, que visava a revogação de artigo daquela lei.

Houve debates em termos respeitosos, nenhum incidente ocorreu. Ninguém chamou ninguém de imoral, ontem, nesta Casa.

Não discordo do direito de qualquer um, de divergir, pelo contrário, defendo até com veemência. É assim que o Parlamento solidifica sua alta finalidade, se engrandece e se faz respeitar.

Mas, há que ser feito, segundo os elevados princípios que se espera sejam atendidos pelos Parlamentos modernos.

Nesta Casa, temos constantemente ouvido pronunciamentos de ilustres Parlamentares, que a despeito de discordarem de certas posições por outros defendidas, o fazem revelando predados da mais alta respeitabilidade.

Ora, Sr. Presidente, são lições que aqui vemos e ouvimos diariamente. Os Anais estão recheados dessas lições, que nos foram legadas por grandes vultos que passaram por este Parlamento, e que bem poderiam servir de modelação ao pronunciamento, data vênica, infeliz do Sr. Deputado José Tavares.

A respeito, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é oportuna uma notável lição que a história nos conta, revelando que, de certa feita, Sócrates, em conversação com o PRIMEIRO ALCIBÍADES, ensinava-lhe com sua modéstia e habitual lhaneza. Dizia aquele:

"A pior espécie de ignorância é cuidar uma pessoa saber o que não sabe ... tal, meu caro Alcibíades, o teu caso. Entraste pela política, antes de a teres estudado. E não és tu só que te vejas nessas condições: é esta mesma a da maior parte dos que se

metem nos negócios da República. Apenas excetuo exíguo número, e pode ser que, unicamente, a Péricles, teu tutor; porque tem cursado os filósofos".

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que se nesta cena pudéssemos dar aos tantos Parlamentares que honraram e que honram esta Casa, o lugar de Péricles, e ao Sr. Deputado Tavares, o lugar de Alcibíades, certamente se o exemplo fosse aprendido, os Membros desta Casa teriam sido respeitados, e este Poder teria sido dignificado, jamais violentado.

Não quero estabelecer polêmica, Sr. Presidente.

Apenas fiz este pronunciamento, para que os Anais registrassem as provas da minha inocência, já que não poderei promover ação penal. Então, eu peço a Vossa Excelência que determine que essas certidões constem dos Anais da Casa, acompanhando o meu pronunciamento.

E oxalá possa, a partir de hoje, a lição ser refletida, para que esta Casa restabeleça a atmosfera que se espera do Parlamento contemporâneo, pois só assim, ela estará à altura do povo do Paraná.

DIVISÃO DE POLÍCIA ESPECIALIZADA DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CERTIDÃO

CERTIFICO, atendendo requerimento verbal de pessoa interessada e determinação do Senhor Delegado Titular que, revendo os arquivos, Livros de Registro de Inquéritos e Inquéritos Policiais em andamento, verifiquei que, até a presente data, **NADA CONSTA** com referência a **ERONDY SILVÉRIO**, portador do RG-89.459/PR, filho de Edmundo Silvério, digo, filho de Edmundo Alves Silvério e de Yolanda Almeida Silvério, natural de Guarapuava, Paraná, nascido ao Primeiro de Março de mil novecentos e vinte e três, residente na Rua Sete de Abril, número cento e dezenove, nesta Capital, em razão do que se lhe expediu a presente Certidão, que, conferida, vai devidamente assinada. Dada e passada no cartório da Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública, ao primeiro dia do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e um. Eu, Altamir C. de Freitas, Escrivão, que a escrevi e assino. É verdade e dou fé,
Recolheu Taxa do Curitiba, 01 de setembro de 1981.
FUNRESPOL conforme comprovante aqui arquivado.

Altamir C. de Freitas
Escrivão - AG. 223.401

VISTO:

Bel. ARY JOSÉ ELIAS
Delegado Titular

PAVEMA — Veículos, Máquinas Paraná S.A.
C.G.C.M.F. n. 76.486.679/001
Ata da 11.ª Assembléia Geral Ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e hum, com início às 18:00 (dezoito) horas, na sede social à rua 15 de novembro n. 2.450, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, reuniram-se em assembléia geral ordinária os senhores acionistas que representavam 95,66% (noventa e cinco vírgula sessenta e seis por cento), do capital, com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas lançadas no livro de presença. O Sr. Lúfrido Costa de Souza, na forma dos estatutos, assume a presidência dos trabalhos e convida a mim, Lourival Saviski, para secretário. Constituída assim a

mesa, o Sr. Presidente declara instalada a assembléia geral convocada para deliberar sobre assuntos constantes da ordem do dia, conforme se lê no edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado, edições dos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1971, e no Jornal de Curitiba, edições dos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 1971, que estava assim redigido: "Pavema - Veículos, Máquinas Paraná S/A. - C.G.C.M.F. n.º 76.486.679.001. Edital de Convocação. Assembléia Geral Ordinária. Pelo presente, ficam convocados os senhores acionistas de Pavema-Veículos, Máquinas Paraná S/A., a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 29 (vinte e nove) de março de 1971, às 18,00 horas, na sede social sita à Rua 15 de novembro n.º 2.450, nesta Cidade de Curitiba, Paraná, a fim de deliberarem sobre o seguinte: a) - Leitura, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 1970. b) - Eleição de novos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e seus suplentes para o próximo exercício, bem como fixação de seus honorários. c) - Outros assuntos de interesse social. Outrossim, acham-se à disposição dos senhores acionistas na sede social os documentos que se refere o art. 99, do Dec. Lein. 2627, de 26.9.1940. Curitiba, 15 de fevereiro de 1971. (a). Lufredo Costa de Souza, Dir. Presidente." Terminada a leitura do edital de convocação o senhor presidente declara que os documentos a que se refere o parágrafo único do art. 99, do Decreto Lei n.º 2627/40, foram regularmente publicados no Diário Oficial do Estado, edição do dia 19 de março de 1971 e no Jornal de Curitiba, edição do dia 19 de março de 1971. Discutida e votada a matéria constante do item primeiro da ordem do dia, com abstenção dos legalmente impedidos, foi a mesma aprovada por todos os presentes, deliberando-se ainda manter em suspenso os lucros de Cr\$ 567.552,17 (quinhentos e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois cruzeiros e dezessete centavos), até ulterior destinação. Prosseguindo informa o Sr. Presidente, relativamente ao item segundo da ordem do dia, ter recebido do Sr. Constâncio Slompo, Diretor Financeiro da sociedade, carta solicitando afastamento do cargo por razões particulares. Informa ainda o Sr. Presidente que, face a esse pedido de afastamento, impunha-se deliberação a respeito, dos senhores acionistas. Colocada a matéria em votação, com abstenção dos legalmente impedidos de votar, deliberaram os presentes, por maioria, aceitar o pedido de afastamento, agradecendo-se ao diretor renunciante pelos serviços prestados à sociedade. Para substituir o Sr. Constâncio Slompo, no cargo de Diretor Financeiro, foi indicado o Sr. José Augusto Righetto, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua Dez. Hugo Simas, n.º 1069,

em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 448.225-Pr., que atualmente ocupa o de Diretor Comercial, tendo essa indicação sido submetida aos presentes e aprovada por maioria, abtendo-se de votar os legalmente impedidos, e ainda os acionistas Dolvino Sbaraini, João Balatka, Estanislau Glowacki, Francisco Zapellini, Levy Moro Redeschi, Mário Sossella e Constâncio Slompo e votando em branco mais 3 (três) acionistas. Em substituição ao Sr. José Augusto Righetto, foi eleito o acionista José Carlos Stocco, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua Dez. Hugo Simas n.º 1069, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 335.670-Pr. Tanto a indicação do Sr. José Augusto Righetto quanto a do Sr. José Carlos Stocco foram aprovadas por maioria, com abstenção dos legalmente impedidos e também dos acionistas acima mencionados que se abstiveram ou votaram em branco na eleição do novo Diretor Financeiro Sr. José Augusto Righetto. Pelo Sr. Presidente da assembléia foi esclarecido que os diretores ora eleitos, e também empossados, na forma estatutária, deverão exercer os respectivos mandatos pelo tempo que restava aos substituídos. Esclarecer ainda que não havendo nenhuma alteração relativamente aos demais cargos da Diretoria, ficava esta assim formada, para administrar a sociedade até o término estatutário de seus mandatos; para Diretor Presidente, Sr. LUFRIDO COSTA DE SOUZA; Diretor Superintendente. Sr. JOSÉ ZEN; Diretor Financeiro. Sr. JOSÉ AUGUSTO RIGHETTO; Diretor Comercial. Sr. JOSÉ CARLOS STOCO; Diretor Administrativo. Sr. ANTONIO BRANT; e para diretores os Srs. SYLVIO KRUEGER e ANTONIO PISSININ. Prosseguindo, disse o Sr. Presidente que se fazia necessário eleger os novos membros do Conselho Fiscal. Posta a matéria em discussão e votação, verificou-se a escolha, por unanimidade, dos presentes, dos seguintes, abstendo-se de votar os impedidos: PARA MEMBROS EFETIVOS: FRANCISCO ZAPELINI, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua 15 de novembro n.º 2357, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º... 241.606-Pr.; ALFREDO ZONATTO, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua Dez. Hugo Simas, n.º 1069, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 161.267, do Pr.; e JOÃO GROCHOVICZ, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua 15 de novembro n.º 2.450, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 135.662-Pr., todos reeleitos. E para MEMBROS SUPLENTEs, reeleitos os Srs. SAVINO ANDRETTA, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua Dez. Hugo Simas, n.º 1069, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 82.192-Pr.; DOLVINO SBARAINI, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua 15 de no-

vembro n.º 2.450, em Curitiba, portador da carteira de identidade número 206.549-PR; e, ANTONIO ROSSI, brasileiro, casado, do comércio, com endereço à Rua Dez. Hugo Simas, n.º 1069, em Curitiba, portador da carteira de identidade n.º 128.870-Pr. Prosseguindo o Sr. Presidente declara empossados todos os membros do Conselho Fiscal, reeleitos pela presente assembléia geral. E como nada mais houvesse para tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente assembléia, da qual lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes que a aprovaram, para os fins legais. Curitiba, 29 de março de 1971. (aa) Lufredo Costa de Souza. Lourival Saviski, Erondy Silvério. José Augusto Righetto, Frederico Zonatto. Antonio Brant. Alfredo Zonatto. Antonio Pissinin. Iraci P. Sossélla. José Agostinho Cúnico. Antonio Rossi. José Zen. Dolvino Sbaraini. João Balatka. Francisco Zapelini. Levy Moro Redeschi. Mário Sossélla. Estanislau Glowacki. José Carlos Stocco. João Grochovicz. Savino Andretta. Constâncio Slompo. A presente é cópia fiel da ata lavrada às folhas 18 verso, 19, 19 verso e 20 do livro próprio da sociedade.

LUFREDO COSTA DE SOUZA
Diretor Presidente

LOURIVAL SAVISKI
Secretário

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Indiscutivelmente atravessa, hoje, o Paraná, por razões de ordem meteorológicas, uma das suas piores quadras para o homem do interior, para o homem que produz, Estado este eminentemente agrícola, e Estado responsável por 1/4 de todos os agrodólares que o Brasil obtém na sua caminhada de exportação e para o reforço da sua combatida balança de pagamento. Depois de termos sofrido o flagelo de duas geadas seguidas, está hoje o interior do Paraná, Srs. Deputados, a conhecer uma das mais prolongadas, terríveis e fortes estiagens que a nossa população pioneira já conheceu. Mas há também, Srs. Deputados, aquelas pessoas interessadas a faturarem em cima da miséria, em cima da necessidade, em cima da angústia da nossa população. Assim é que, enquanto milhares de hectares deste Estado estão hoje sendo devorados por incêndios, levantaram-se denúncias de que, muitos desses incêndios estão sendo ateados criminosamente, numa forma de se conseguir burlar a determinação da legislação federal que preconiza a preservação das últimas reservas verdes deste Estado. E ainda bem que, uma chuva localizada no último fim-de-semana de setembro, conseguiu salvar a última reserva biológica de grande expressão do Sul do País que é o Parque Nacional do Iguaçu, naquela oportunidade já afetada por mais de 10 focos diferentes de incêndio; mas não bastasse a ação criminosos de irresponsáveis, há também a ação dos criminosos que agem pela interpretação dúbia da lei, e, a pretexto de se incorporar a projetos estimulados e incentivados pelo Governo Federal, a nossa região Noroeste do Estado vem assistindo, agora, ao crime da derrubada da maior reserva florestal de toda aquela região. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ligada a um conglomerado bancário, a um conglomerado agropecuário, responsável que foi

pela colonização de 515.000 alqueires em todo o Norte do Paraná, conservou, às margens do Rio Ivaí na parte Oeste do Rio Ivaí abrangendo parte do território do Município de Terra Boa, do Município de Jussara e de mais outros municípios daquela região do Paraná, ela tinha uma reserva florestal de 14 mil hectares, praticamente Senhores Deputados, 8 mil alqueires paulistas e não se sabe como, por influências de quem poderoso nos subterrâneos do poder, ela que já tinha usufruído de 515.000 alqueires de terras virgens deste Paraná, para a criação de um grande império que vai desde a manutenção de alguns bancos financeiros, até a existência de milhares de alqueires de exploração agropecuária passando também por campo de formação de sementes, ela conseguiu no ano de 75, autorização do IBDF e veja — e a ironia do próprio nome “Desenvolvimento Florestal”, mas que permite este crime ecológico e então, a partir daquela oportunidade a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foi a responsável pela derrubada, naquela oportunidade de cerca de seis mil hectares de terra virgem, de mata virgem, o último santuário da fauna nativa na nossa região, mas não bastasse isso, agora no ano de 81, usando a mais moderna tecnologia na devastação dos bens naturais, esta mesma empresa está botando terra abaixo, cerca de mais sete mil hectares de mata virgem.

E pasmem, Senhores Deputados, exemplares raros da fauna brasileira, estão sendo dizimados da forma mais grotesca, da forma mais selvagem, envergonhando inclusive toda a consideração de superioridade que se possa dar ao gênero humano e aí está a imprensa nacional a denunciar, aí estão os resultados do desmatamento generalizado que se processou no norte do Paraná e no oeste do nosso Estado, dando suspeita mais evidente de que a Barragem de Itaipu poderá ter o seu comprometimento seriamente afetado num período não superior a 40 anos, pelas toneladas e toneladas de terra fértil que estão sendo levadas diariamente, ribanceira abaixo para as cavas do Rio Paraná.

Mas nada disto, Senhores Deputados, sensibiliza as autoridades do setor, porque também o Delegado Regional do IBDF para o Paraná, está lá apenas porque sendo militar da reserva, não poderia ficar desempregado depois de ter ocupado durante quatro anos a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e dentro das ofertas que lhe foram feitas, de ocupar a Presidência da RADIPAR ou a Delegacia do IBDF para cabide de emprego, tanto fazia quem em tese se encarregava da Segurança Pública, hoje poderia se encarregar da rádio difusão do Paraná e amanhã se encarregar do conservacionismo dos nossos bens naturais.

Ora, esta não é a forma adequada, correta para um Estado que tendo sobre o seu solo, Senhores Deputados, a maior cobertura de mata tropical de toda a região Sul do Brasil, hoje entretanto obriga os nossos estudantes a irem em pequenos capões localizados em algumas cidades para tentar testemunhar o que era a exuberância desta mata tropical de clima semi-úmido.

Ora, a natureza cobra um tributo caríssimo pela violação da sua mecânica que é harmônica, que é orgânica e não pode admitir que um maior predador da face da terra que por ironia do destino chama-se animal racional esteja fazendo e esta Assembléia e este plenário de representantes do povo não pode também assistir passivamente, indolentemente, a derrubada do último santuário da ecologia paranaense, representada por esses 14 mil hectares da mata Atlântica, às margens do Rio Ivaí.

De que adianta o pretexto deste grupo econômico ao dizer que lá no local, até hoje ocupado por esta mata atlântica, às margens do Rio Ivaí. De que adianta o pretexto deste grupo econômico, ao dizer que lá no local até hoje ocupado por esta Mata Atlântica, serão plantados canaviais que possibilitarão a produção de 120 mil litros diários de álcool?

Ora, não há, Srs. Deputados, qualquer pretexto a título de modernização dos meios de comunicação, a título de me-

lhor, do bem-estar de vida de uma elite que já tem tudo na mão, porque hoje o pedestre é maioria. Não há qualquer pretexto que justifique este crime contra a natureza, que se comete contra o gênero humano, que se comete, acima de tudo, contra as gerações futuras, que não terão sequer um único documento do que era a exuberância botânica deste Estado, que parecia abençoado por Deus, mas foi amaldiçoado pela ganância fundiária daqueles que, vendo o lucro em primeiro lugar, se esqueceram que a dimensão humana não pode se esgotar na regra fundamental e básica do capitalismo selvagem que estamos mergulhados. Neste, o lucro é a meta imediata e o bem-estar da humanidade passa a ser um acessório e, como tal, virá quando possível.

Mas como todo o equipamento e todo o mecanismo é voltado a favor de quem detém o poder decisório na mão, a grande massa da nossa população passa a ser marginalizada, passa a sofrer as agruras que aí estão e vão mais uma vez demonstrando que o recenseamento do Paraná tinha toda a razão ao demonstrar que enquanto as áreas metropolitanas incham, explodem de população, mas de população marginalizada, de população deslocada, alienada de seu ambiente natural, original, as pequenas cidades, os pequenos núcleos urbanos do interior vão murchando, vão esvaziando, tornando impossível a vida de nosso homem no interior com este modelo agrícola que aí está.

A ganância vai levando estes grandes grupos a cometerem estes crimes.

Não basta dizer o que está acontecendo hoje no Parque Nacional do Iguaçu, onde existem verdadeiras equipes de caçadores profissionais. E onde está a Polícia Florestal do Paraná? Meia dúzia de homens compõem aquele contingente, para policiar cerca de 120 mil alqueires de reserva florestal e, lá dentro, caçadores profissionais a depredar, a dilapidar a última reserva biológica deste Estado.

O Sr. Antônio Cotrim — Permite-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou acompanhando com atenção a sua denúncia e a sua preocupação com o desmatamento das margens do Rio Ivaí pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. É louvável a atitude de Vossa Excelência em colocar este assunto em debate, principalmente porque diz respeito ao IBDF na autorização deste desmatamento.

Concordo com Vossa Excelência que o IBDF talvez devesse, através de decreto, encampar esta área da Companhia Melhoramentos e manter esta reserva florestal. Entretanto, a Companhia Melhoramentos está de acordo com as normas do IBDF ao fazer o desmatamento, porque existe quem mantenha 20% da área conservada e esta Companhia está mantendo 22% desta área ainda em mata. Está mantendo, nas dezessete fazendas que possui no Paraná, protegidas as cabeceiras das águas e as matas ciliares. E esta atividade que a Companhia Melhoramentos fará nos Municípios de Jussara, São Tomé, na implantação de uma destilaria de álcool, por volta de 150 mil litros-dia, ocupará uma área de 5.900 hectares aproximadamente. Redundará para o Paraná, esta exploração economicamente, exatamente para evitar ainda um maior êxodo rural. Porque conhece Vossa Excelência, como nós conhecemos, que é a região de Jussara, principalmente o município, vem sofrendo uma evasão de pessoas e esta implantação desta destilaria, será quem sabe a redenção, inclusive daquela região, porque trará além de um mil a um mil e duzentos empregos diretos, na destilaria de álcool, da Companhia Melhoramentos, ainda os empregos e as riquezas indiretas que isto vai gerar.

Concordo plenamente com Vossa Excelência quando condena o IBDF por não ter desapropriado aquela área e mantido aquela reserva. Mas não posso concordar com Vossa Excelência com relação à atividade da Companhia Melhoramentos do Paraná, porque nos contratos de venda, da Companhia Melhoramentos, quando ela vendeu às pessoas, os seus lotes, previa

uma reserva de no mínimo 10% da área, vendida, em matas. Então, quem realmente também desmatou esta região, fomos nós próprios, quem sabe, até nós tenhamos participado deste desmatamento. E hoje não podemos responsabilizar uma empresa, que fez uma colonização tão exemplar, como a Companhia Melhoramentos, que implantou cidades como Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. E hoje está trazendo mais uma atividade que ela poderia estar fazendo em outra parte do Brasil, no entanto faz no Paraná, numa região que precisa desta atividade econômica, exatamente para oferecer empregos e fixar melhor o homem na região.

É lamentável também e eu corroborando as afirmativas de Vossa Excelência, que esta mesma Companhia Melhoramentos, tenha uma área de 300 alqueires de mata virgem às margens do Rio Paranapanema, que vão ser inundados por uma Usina de Rosana, ou de Primavera, se não me engano, e que para isso não tenha sido movimentado ninguém. Acho que a atividade que a Companhia Melhoramentos implantará em Jussara, não obstante o prejuízo que trará à ecologia, está tendo sempre o cuidado de preservar as cabeceiras de água, as matas ciliares, e acima do exigido pelo IBDF, porque ela está conservando 22%. Acho que é nossa preocupação, nossa obrigação se preocupar com este desmatamento. Mas também é da nossa obrigação nos preocuparmos com a fixação do homem no campo, com a economia do nosso Estado.

De forma, nobre Deputado Renato Bernardi, que eu me alinho a Vossa Excelência, quando condena o IBDF por esta liberação. Mas não apoio as acusações de que a Companhia Melhoramentos possa estar prejudicando o Estado do Paraná. Porque a Companhia Melhoramentos deu exemplo dos mais nítidos da sua preocupação com a preservação das matas, como na cidade de Maringá, Vossa Excelência bem conhece, é uma das cidades mais bem arborizadas, por determinação da Companhia Melhoramentos. De forma que, se erro houve e há, eu debito este erro ao IBDF que não teve a sensibilidade suficiente para desapropriar a área antes que este projeto da Implantação da Usina fosse feito. Porque não vejo obrigatoriedade na Companhia dela, sozinha, sustentar a preservação da floresta do Estado do Paraná.

Agradeço a Vossa Excelência por ter permitido esta participação no seu discurso e esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Informo ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e devo apenas dizer que uma empresa que de 515 mil alqueires colonizados se transformou num dos maiores grupos econômicos do Paraná, ela também não pode ser pura e simplesmente absolvida. Mas ela está sendo apenas um exemplo a mais da estrutura vigente que aí está. Mas não adianta tentar a absolvição desta ou daquela empresa. É preciso que o Paraná, acima da legislação específica de 20% de preservação, das matas ciliares e da formação florestal de cabeceira, entenda também que nós temos um compromisso com as gerações futuras. E não se poderia jamais colocar terra abaixo, 8 mil alqueires de mata virgem, sob pena de estarmos sendo execrados pela memória nacional, no dia de amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome do Partido Popular concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última terça-feira, o Tribunal Regional do Trabalho definiu o impasse existente entre comerciantes e comerciórios, dando uma larga e expressiva vitória aos comerciórios, que, viram afastar-se o fantasma do trabalho aos sábados. Assim a

conquista de tantos e tantos anos foi mantida. Entendendo que o problema da abertura do comércio aos sábados, após as 13 horas, é assunto da alçada da Prefeitura Municipal em conceder ou não, alvará para esse fim, decidiu o Tribunal todavia que a carga semanal máxima permitida, segundo a lei, é de 44 horas. Baseou-se a decisão, especificamente, na cláusula 13 da convenção coletiva de trabalho, atualmente em vigor.

O julgamento do dissídio coletivo que regulamenta o horário de trabalho após as 13 horas põe fim a uma questão que vinha tumultuando a vida dos comerciantes, ainda mais tendo-se em conta que há cerca de 30 anos o comércio curitibano não trabalha nas tardes de sábado. O juiz presidente foi o Dr. Pedro Ribeiro Tavares, sendo juiz relator o Dr. José Montenegro Antero, funcionando como juiz revisora a doutora Carmen Amim Ganen.

Ao fazer este registro é nosso desejo traduzir as nossas congratulações aos comerciantes, renovar nossa confiança nos integrantes do nosso Tribunal do Trabalho e dizer da nossa convicção de que o Sindicato dos Comerciantes deve ter sabido acatar a decisão da justiça.

Apenas para que conste dos Anais da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 196/79, que cria o Município de Sarandi, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Marialva e divisas que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 196/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Sarandi, com território desmembrado do Município de Marialva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

“partindo da confluência do Córrego Guaiapó no Ribeirão Sarandi, sobe pelo dito Córrego até a última cabeceira; deste ponto, por uma linha seca vai até alcançar a menor cabeceira do Ribeirão Pingüim descendo por este Ribeirão, até o ponto que dá passagem à estrada “Maringá-Bom Sucesso”; seguindo por esta estrada até alcançar sua passagem no Ribeirão Aquidabam; daí por este Ribeirão acima até a foz do Córrego Mará; por este Córrego até sua última vertente por uma linha reta ao Córrego Tahy, por este Córrego até sua confluência no Ribeirão Sarandi; daí por este Ribeirão acima até o primeiro marco da divisa do lote n.º 17, da Gleba Sarandi; pela divisa do lote n.º 17 com o lote n.º 16 da referida Gleba até alcançar a estrada “Marialva-Santa Fé”; por esta estrada rumo a Santa Fé, até o lote n.º 79 da Gleba Ribeirão Sarandi, daí pela divisa do lote n.º 79 com o lote n.º 78, da referida Gleba até a menor cabeceira do Córrego Guaymbé; descendo por este até a sua confluência no Ribeirão Sarandi e, finalmente subindo por este segue até o ponto de partida.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ROSÁRIO PITELLI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 55/81, que autoriza o Poder Executivo, doar área que especifica à FUNAI, para construção de sede própria, em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 55/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a área de terreno de forma triangular, medindo 2.852,00 m², com frente para as ruas Tamoios e Vital Brasil, e fundos para um riacho, destacada de imóvel de área maior, havido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem 9.128, do Livro 3-E em 11 de abril de 1913, do Registro de Imóvel da 1.ª Circunscrição desta Capital.

Art. 2.º — A área de terra, objeto da doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizada para as instalações da Sede da Delegacia Regional da FUNAI e a Casa do Índio, não podendo em qualquer tempo ser transferida para terceiros ou utilizada para outros fins, sob pena de reversão da mesma ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ROSÁRIO PITELLI — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá”, com sede e foro na cidade de Itambaracá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública o “Serviços de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro no Município de Cianorte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei n.º 7.099 de 1979, dos professores, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Dácio Leonel, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões, do Projeto de Lei n.º 69/81 - Mensagem Governamental n.º 51/81, que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência de classe, conforme especifica, aos professores integrantes do Quadro Próprio do Magistério do Estado, e Projetos de Lei n.ºs 70/81 e 71/81.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1981.”

Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Conseqüentemente, ficam retirados da Ordem do Dia, por três sessões, os Projetos de Lei n.ºs 69/81, 70/81 e 71/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 95/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que dá nova redação ao Artigo 39 e seu inciso VIII e ao Artigo 52, do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/80, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que altera os parágrafos 5.º e 9.º do Art. 14, do Regimento Interno, que passa a vigorar conforme especifica. (Das Licenças para Tratamento de Saúde dos Deputados). — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 29/81), que cria cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 07/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam criados, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o quadro do Conselho Estadual de Educação, os seguintes cargos de provimento em comissão:

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Secretário Geral	1-C
Assessor Técnico do Presidente	2-C
Assessor Administrativo do Presidente	2-C
Chefe do Grupo de Apoio Administrativo	2-C
Chefe do Grupo de Apoio Técnico	2-C
Chefe da Secretaria das Câmaras e Comissões	2-C

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 07/81

I — Oriundo de Mensagem Governamental, o projeto de

lei que ora se examina visa a criação de cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para compor o Quadro do Conselho Estadual de Educação.

II — No que respeita à oportunidade da medida, nada se pode objetar, pois, na própria Mensagem que deu origem ao Projeto, deixou-se bem clara a importância da medida proposta, com o fito de permitir ao Conselho Estadual de Educação, um pleno desempenho das atividades que lhe são atinentes.

III — No que respeita aos aspectos legais e constitucionais, observa-se que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado está agindo de acordo com o disposto no Art. 47 e seus incisos, da Carta Magna Estadual, onde se lhe atribue, privativamente, a competência para iniciativas de tal natureza.

IV — Atendendo-se ao exposto, nada há que se possa objetar. Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 07/81

O Projeto de Lei n.º 07/81, oriundo da Mensagem Governamental n.º 29/81, objetiva a criação de cargos de provimento em comissão, na lotação da Secretaria de Estado da Educação, para comporem o Quadro do Conselho Estadual de Educação.

A Comissão de Constituição e Justiça se pronunciou a respeito dos aspectos legal e Constitucional, manifestando a sua aprovação ao plano de lei, por achar que o mesmo está em consonância com aqueles dispositivos.

Na área de atribuição desta Comissão, também não observamos qualquer dispositivo que possa se antepor à sua aprovação.

Isto posto, visto que a matéria encontra-se conforme os ditames regimentais, opinamos pela aprovação na Comissão de Finanças.

Favorável é o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 12 de junho de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

DEL CIEL — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edival Vidal Ribeiro Filho, ocorrido na cidade de Paranaguá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Torres Navarretti, ocorrido na cidade de Alto Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, reiterando providências para implantação do Sistema DDI - Discagem Direta Internacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos organizadores do 1.º Simpósio da Reprodução do Sudoeste do Paraná, realizado com sucesso em Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor Francisco Fernando Fontana, pela inauguração do Núcleo Regional da Secretaria da Indústria e do Comércio e instalação do Conselho Consultivo da Política Industrial e Co

mercial em Francisco Beltrão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a abertura de inquérito policial para apurar devidamente a “causa mortis” da Senhora Maria do Carmo Avelino Martins, ocorrida em Apucarana. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, pleiteando a ampliação do Quadro Próprio de Funcionários do Tribunal Re-

gional Eleitoral em nosso Estado. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência da COPEL, reivindicando a instalação da rede de energia elétrica no Bairro Jardim São Paulo, no Município de Foz do Iguaçu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.